

---

**ENTREVISTA DO PROFESSOR E PESQUISADOR  
EDINALDO ANTÔNIO OLIVEIRA SOUZA CONCEDIDA A  
HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS PARA O DOSSIÊ  
HISTÓRIAS DE TRABALHO: LUTAS, SUBSISTÊNCIAS E  
EXPERIÊNCIAS.**

## **Edinaldo Antônio Oliveira Souza**

*Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Dedicou-se a pesquisa sobre trabalho urbano, cultura e movimento social. Tem vários artigos publicados em revistas especializadas e é autor do livro “Lei e Costume: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho”. Publicado pela EDUFBA – Salvador, 2012.*

**HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS**

– No artigo “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil” o professor Álvaro Nascimento da UFRRJ mostra como estas questões estão silenciadas na produção historiográfica. Descortina o olhar para toda gama de desrespeito e resistência que pautaram o cotidiano dos trabalhadores negros nas relações escravistas, depois com a limitação de exercício da cidadania quando o Brasil se proclama independente e também ao naturalizar este sequestro de direitos. Hoje é ainda mais difícil identificar quem é o nosso trabalhador em meio à multidão que toma a rua, os aplicativos de serviço e os bancos virtuais das agências de emprego. O que você considera fundamental para observar na história do trabalho nos próximos anos?

**Edinaldo Antônio Oliveira Souza** – *Sobretudo a partir dos anos 1990, no contexto do processo de renovação historiográfica, de ascensão de movimentos sociais identitários e de profundas transformações que começavam a se processar no mundo do trabalho, diversas*

*vozes têm se levantado contra essas “ausências”, “exclusões” ou “negligências” persistentes na história social do trabalho, e reivindicado a inclusão de outros sujeitos, problemas e abordagens.*

*Desde a década de 1980, os estudos da história do trabalho foram impactados pelo protagonismo da classe trabalhadora e do movimento sindical no contexto da transição democrática. A história do trabalho (sobretudo, a história operária), até então produzida, era predominantemente uma história do trabalhador fabril, branco, masculino, paulista e carioca, sindicalizado e das suas organizações formais. Assim, questões prementes, como a experiência negra e a questão racial, o trabalho feminino e a questão de gênero, as experiências dos trabalhadores comuns, sem tradições de organização e luta coletiva, e o trabalho informal, foram praticamente ignoradas pela maioria dos estudos.*

*Para fazer justiça, no caso específico da experiência negra e do preconceito racial, cabe uma menção honrosa aos estudos sobre a “questão racial”, desenvolvidos desde os anos de 1960 por autores*

como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, ao questionarem o mito da democracia racial e explicitarem as contradições entre brancos, negros e mulatos nas relações sociais e trabalhistas.

Contudo, a classe trabalhadora hoje se apresenta bastante diferente da condição em que se encontrava no final dos anos de 1970 e início dos anos 80. Desde o final do século passado, as transformações econômicas engendradas pelo neoliberalismo, o desenvolvimento tecnológico e o processo de desindustrialização têm impactado profundamente nos mundos do trabalho, com a ampliação do desemprego, a extinção dos antigos e criação de novos postos de trabalho, a terceirização, a desregulamentação e precarização do trabalho, inclusive com implicações no movimento sindical.

Desde os anos de 1990, algumas pesquisas têm lançado luz sobre algumas destas questões, focalizando outros sujeitos, problemas e novas abordagens. A criação do GT “Mundos do trabalho”, em 2000, já sinalizava uma necessidade de ampliação e

diversificação do campo da história social do trabalho, com a inclusão de novas abordagens, sujeitos, categorias, tempos e espaços. Entretanto, ainda há um longo e percurso a ser percorrido.

Sem dúvida, esse conjunto de fatores impõe novas tendências e perspectivas às pesquisas da história social do trabalho. Além de alargar as fronteiras geográficas (para além das áreas industriais) e cronológicas (recuando ao século XIX e avançando para o tempo presente), é preciso ampliar e diversificar as abordagens, aprofundar o tratamento de questões que foram negligenciadas, qualificar a interlocução com outras frentes de estudos, como as pesquisas sobre a escravidão e pós-abolição, gênero, raça e sexualidade, urbanização, pobreza e periferização, os novos movimentos identitários, bem como focalizar os impactos das atuais transformações econômicas nos mundos do trabalho, enveredando por questões prementes, como terceirização, desemprego e subemprego, desregulamentação e precarização do trabalho, informalidade, o office home, a questão da previdência social,

*as culturas dos trabalhadores, etc.*

**HS** – Na sua perspectiva, está havendo romantização no atual discurso acerca do empreendedorismo vinculado às atividades informais como a uberização, ambulantes, entregadores, vendedores de alimentos, etc, considerando a inexistência de qualquer direito trabalhista aos sujeitos que desenvolvem quaisquer dessas atividades produtivas?

**ES** – *Talvez o melhor termo não seja romantização, mas uma estratégia discursiva utilizada pelo Estado, pela mídia empresarial e por economistas liberais para tentar disfarçar o processo de informalização e precarização do trabalho que vem sendo empreendido com a desregulamentação das relações trabalhistas e o desmonte das políticas sociais de proteção ao trabalhador. O empreendedorismo pressupõe uma iniciativa do indivíduo, vontade, escolha, planejamento, condições de investimento... O que se chama atualmente de empreendedorismo no Brasil é algo diferente disso, em muitos casos é a falta de alternativa, o desespero diante do*

*desemprego, a luta pela sobrevivência!*

**HS** – Em meio às transformações que a nova fase de mecanização e “uberização” do trabalho, como nós identificamos os trabalhadores se parte deles não considera que estão vendendo sua força de trabalho? O que você pensa sobre este cenário pós “reformas”? A classe trabalhadora agora está ainda mais invisível?

**ES** – *Esta questão nos remete à discussão sobre a identidade da classe trabalhadora. Como já foi assinalado, a classe trabalhadora se apresenta hoje bastante diferente da condição em que se encontrava no final dos anos 1970 e início dos anos 80, o movimento sindical assumiu um protagonismo histórico na política brasileira. A historiografia operária permaneceu, por muito tempo, apegada a uma representação da identidade operária, idealizada a partir de determinado modelo esquemático de classe e consciência de classe, informado por uma tradição marxista, que priorizou o operariado da grande fábrica, o movimento sindical, suas correntes ideológicas e os movimentos grevistas. O locus*

*privilegiado de observação era o operário da linha de produção da indústria automobilística, de bens de consumo duráveis, da petroquímica, da siderurgia, da tecelagem, suas organizações e movimentos nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.*

*Essa representação idealizada da classe trabalhadora, que tomou a experiência destes dois estados como modelo para todo o Brasil, além de ignorar as especificidades regionais e as diversidades existentes nesses locais, não dá conta das transformações vivenciadas, desde os anos de 1990, nos mundos do trabalho, intensificadas com as “reformas” instituídas pelo atual governo.*

*As pesquisas da história social do trabalho precisam atentar para os impactos dessas transformações no cotidiano, na cultura, na identidade, nas formas de expressões política da classe trabalhadora e sua relação com os sindicatos e partidos de esquerda, que desde os anos 1980 se apresentaram como seus interlocutores, bem como com outros atores políticos e culturais, como a grande mídia, as igrejas neopentecostais, a “cultura de massa”.*

*Para além do operário industrial e do movimento sindical, será preciso atentar para outros mundos do trabalho: trabalhadores terceirizados, informais, autônomos, desempregados, motoboys, motoristas de Uber, operadores de telemarketings, caminhoneiros, motoristas de ônibus, metroviários, empregados domésticos, trabalhadores da construção civil, do agronegócio, empregados em clínicas e hospitais, em shoppings centers, supermercados, salões de beleza, farmácias, lojas etc.*

**HS** – Em trabalho recentemente apresentado no VI Simpósio de História do Programa de Pós-Graduação em História Local e Regional da UNEB que ocorreu entre os dias 19 a 22 de Novembro de 2019 na cidade de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo baiano, você fez uma reflexão discutindo a relação trabalho, política, classe, raça e gênero na Bahia no pós II Guerra Mundial. Qual a importância do entrelaçamento dessas categorias para as pesquisas que se inserem naquilo que denominamos Mundos do Trabalho?

**ES** – *Em instigante artigo, publicado em 1998, a historiadora Silvia H. Lara, uma especialista em escravidão, denunciava a exclusão dos negros (escravos e libertos) da história social do trabalho no Brasil. Conforme analisou, a historiografia da “transição” e a “teoria da substituição” do escravo pelo imigrante ignoraram a experiência negra, criando um enorme fosso entre a escravidão e a história do trabalho e da cidadania no Brasil.*

*Desde a década de 1980, os estudos sobre a escravidão e, mais tarde, as inovadoras pesquisas sobre o pós-abolição focalizaram o protagonismo negro e desvendaram múltiplas estratégias empreendidas por escravos e libertos na luta pela liberdade, por condições menos degradantes de sobrevivência e por direitos (ou o que o entendiam como tal), descortinando revoltas, greves, ações judiciais e negociações.*

*Por seu turno, os estudos da história das mulheres e a abordagem sobre gênero têm desvendado os meandros de uma sociedade patriarcal, machista e sexista e as diversas formas de violência, discriminação e preconceito*

*historicamente arraigadas na nossa sociedade.*

*Os resultados alcançados por estes estudos colocaram em cheque uma abordagem pautada exclusivamente no conceito de classe e reivindicaram a importância das categorias raça e gênero para a compreensão das relações sociais no Brasil. Todavia, do mesmo modo que não faz sentido uma abordagem da classe trabalhadora pautada num modelo economicista de classe, também não parece fazer sentido a abordagem de qualquer uma dessas categorias que não leve em conta o entrelaçamento destas questões no plano da experiência social. Contudo, é preciso entender a classe como um fenômeno histórico tanto econômico, quanto político e cultural. Embora essa discussão já não represente nenhuma novidade entre os historiadores, ainda podem ser considerados incipientes os esforços no campo da história social do trabalho em pesquisas que privilegiam a intersecção dessas categorias nos mundos do trabalho. Esta parece ser uma promissora frente de novas pesquisas.*

**HS** – A produção historiográfica sobre história

do trabalho, que não considerou o olhar atento à composição racial dos trabalhadores, nos faz pensar em pontos importantes, como nossa formação/limitação enquanto orientadores e a própria fragmentação das áreas x precarização do trabalho docente. É fundamental abrir campos de investigação e observar novas questões, mas esbarramos na disponibilidade de fontes e financiamento. Como você vê as dificuldades para o campo da pesquisa e cidadania? Você nota algum movimento nos GTs atentando para isso?

*ES – No Brasil, a pesquisa histórica sempre precisou lidar com alguns desafios, sobretudo de natureza política e cultural, que tendem a se agravar na atual conjuntura. A renovação dos estudos históricos com pesquisa empírica e rigor metodológico remonta ao final da ditadura militar e à retomada dos cursos de História após a intervenção impetrada pelo regime ditatorial no campo das Ciências Humanas. Esse processo de renovação metodológica e de abordagem ainda demanda maiores esforços no campo da história social do trabalho.*

*Todavia, talvez o maior desafio que temos enfrentado seja o*

*não reconhecimento, pela sociedade e as autoridades constituídas, da importância da preservação da memória. Esse problema se desdobra noutros desafios encarados pelo pesquisador, como a precariedade (ou mesmo a inexistência) de arquivos públicos na maioria das localidades e a insuficiência dos recursos destinados ao fomento da pesquisa. Atualmente as diretrizes implementadas pelo governo na gestão do Ministério da Educação e nas agências de fomento à pesquisa sinalizam um processo de precarização das universidades públicas e da pesquisa universitária, sobretudo na área das ciências humanas.*

*A Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e o GT “Mundos do Trabalho” têm se manifestado publicamente contra as medidas que precarizam o trabalho do professor universitário e comprometem a pesquisa. Sem dúvida, este é mais um desafio que precisa ser enfrentado coletivamente pelos pesquisadores, com o apoio das universidades e das suas representações para assegurarem o desenvolvimento de novas pesquisas.*

**HS** – Há algo sobre seus estudos relacionados à temática mundos do trabalho que você gostaria de acrescentar a esse debate/reflexão.

**ES** – *A despeito das previsões pessimistas de alguns analistas, que criticaram a fragmentação temática dos anos de 1990 e chegaram a falar em esgotamento da*

*História Social do Trabalho, o campo de estudo tem demonstrado vitalidade e capacidade de renovação. As questões aqui tratadas apontam tanto para os desafios quanto para as novas tendências e perspectivas de abordagem, não no sentido de uma fragmentação temática, mas sim de uma maior articulação com outros objetos e campos de estudo.*



**P**erspectiva  
**H**istórica

**R**  
**E**  
**S**  
**E**  
**Z**  
**H**  
**A**  
**S**

**R**  
**E**  
**S**  
**E**  
**Z**  
**H**  
**A**  
**S**

**R**  
**E**  
**S**  
**E**  
**Z**  
**H**  
**A**  
**S**

